



Financiamento Participativo:

uma forma equitativa
de *doação* _____

2025

Ficha Técnica

SUPERVISÃO

Gelson Henrique

REVISÃO

Gelson Henrique

Dayanne Soares

Letícia Mendes

Marcelle Decothé

Nildamara Torres

COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Nildamara Torres

ASSESSORIA DE PESQUISA

Letícia Mendes

CONSULTORIA DE PESQUISA

Verônica Veloso

PROJETO GRÁFICO

Dayanne Soares

DIRETOR EXECUTIVO

Gelson Henrique

DIRETORA DE SUSTENTABILIDADE E ESTRATÉGIAS

Marcelle Decothé

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO

Dayanne Soares

COORDENADORA DE PROJETOS

Gabriela Feitosa

COORDENADORA DE PESQUISA

Nildamara Torres

ASSESSORA DE PESQUISA

Letícia Mendes

COORDENADORE DE OPERAÇÕES

Andrey Chagas

ASSESSORA DE OPERAÇÕES

Gilvana Santos

Equipe Iniciativa **PIPA**

CONSELHO FUNDADOR

Ana Clara Telles

Gelson Henrique

Marcelle Decothe

Raull Santiago

Sumário

04

Apresentação

05

Como pode ser incorporada a Filantropia Participativa?

06-07

Objetivos da pesquisa

08-09

Metodologia da pesquisa

10-13

Financiamento Participativo

14-21

Como tornar-se participativo?

22-29

Fundamentos do financiamento participativo

30-34

Vantagens e Desafios

35

Participação como caminho para a transformação da filantropia

Apresentação

Em termos gerais, a **Filantropia Participativa** pode ser descrita como a partilha de poder entre doadores e donatários, comunidades ou organizações que são contempladas pelo financiamento. Trata-se de uma relação mais horizontalizada entre quem doa e quem recebe os recursos que circulam no setor.

A filantropia participativa tem se mostrado uma via estratégica para ampliar o alcance das doações e pluralizar os perfis de organizações apoiadas. Ao flexibilizar métodos e redistribuir formas de decisão, essa abordagem possibilita que recursos cheguem a grupos e territórios que frequentemente ficam à margem dos processos tradicionais de financiamento. Além disso, práticas participativas têm contribuído para melhorar os resultados e a efetividade das ações apoiadas, ao incorporar saberes diversos desde a definição de prioridades até a execução dos projetos. Esses efeitos apontam para a potência da participação como um caminho para reconfigurar o campo da filantropia, tornando-o mais plural, equitativo e responsivo às

Apesar de muitas instituições financiadoras considerarem essa forma de filantropia e doação como um modelo desejável e orientado à inclusão, a participação como modelo de doação, principalmente no Brasil, é algo relativamente novo. Ainda, há poucos incentivos, poucas produções e debates voltados ao tema e uma ausência de modelos e ferramentas metodológicas participativas sistematizadas, tornando a adoção da participação um desafio coletivo.

Estratégias para implementar a

Filantropia

Participativa

Podemos afirmar que a prática de financiamento, especialmente a tomada de decisão para concessão do recurso, é de longe a função de maior poder e influência de uma organização doadora ou de um doador. Certamente, é também onde mais se concentra o desequilíbrio de poder e a reprodução de desigualdades, quando o assunto é **pluralizar, incluir e partilhar a decisão com os territórios periféricos**.

Em linhas gerais, a Filantropia Participativa pode ser incorporada a partir de uma ampla gama de ações institucionais e culturais, como: a elaboração de diretrizes institucionais, construção de estratégias, planejamento e execução de projetos e programas internos, e processos de financiamento externo. Ou seja, há múltiplas possibilidades para adoção desse modelo, seja nas etapas de: planejamento e divulgação (**pré-financiamento**); tomada de decisão (**financiamento**); monitoramento e avaliação (**pós-financiamento**).

Partimos do pressuposto de que a implementação do **Financiamento Participativo** é um desafio para as organizações doadoras no cenário brasileiro, por dois motivos: devido à fragilidade da nossa cultura de doação; e pela carência de debates no campo que se debrucem a discutir, sintetizar e elaborar metodologias, ações e práticas metodológicas de financiamento.

A Iniciativa PIPA lança a pesquisa “**Financiamento Participativo – Uma forma equitativa de doação**”, com objetivo de **compreender** a filantropia participativa, seus fundamentos e valores, desafios e potencialidades, para então **elaborar** práticas e modelos participativos, como ferramentas metodológicas de financiamento. Com isso, esperamos estimular, auxiliar e guiar instituições doadoras que estejam dispostas a apostar neste modelo de financiamento.

Construímos, portanto, a sistematização de 3 modelos de metodologias participativas, onde a participação pode ser incluída em várias etapas do processo de financiamento.

A criação desta pesquisa representa todo o esforço e comprometimento da Iniciativa PIPA em promover a democratização e descentralização dos recursos do Investimento Social Privado e da Filantropia, para que as periferias sejam parte dos processos de financiamento.

O que vamos

fazer

e o que

esperamos

alcançar?

Acreditamos que esta produção reflete os objetivos da PIPA:

Construir parcerias com organizações filantrópicas e do investimento social privado, ajudando-as a repensar suas estruturas e práticas de financiamento;

Contribuir para racializar a filantropia e centralizar as periferias nos debates e soluções pensadas para o campo;

Produzir ferramentas para conectar coletivos e movimentos periféricos brasileiros a Investimentos Sociais Privados e a Filantropia no Sul Global.

Motivados por estes objetivos, nasce esta pesquisa, em que a participação é interpretada como **uma forma mais equitativa de doação dos recursos.**

Nesse relatório serão apresentados
3 modelos-guia de participação que
cumprem com as nossas principais missões:

- 1. Trazer** as periferias para o centro da doação no Brasil;
- 2. Pluralizar** os espaços de tomada de decisão.

Para alcançar nossos objetivos, a pesquisa contou com duas metodologias:

4.1 A revisão bibliográfica, principalmente de pesquisas e relatórios de organizações financiadoras internacionais e nacionais, que adotam ou já adotaram, o modelo de participação em seu processo de financiamento.

4.2 A execução de entrevistas semi-estruturadas com 6 organizações doadoras que atuam no Brasil e adotam (em sua maioria) o modelo de participação em seu processo de financiamento, em níveis distintos.

Como a pesquisa

foi construída?

Elaboramos um roteiro de perguntas, composto por 12 questões principais, além de duas perguntas finais abertas (totalizando 14 questões), que foram divididas em **cinco blocos**:

Participaram da pesquisa **6 organizações financiadoras**. O perfil dos entrevistados se alternou entre as entrevistas, participando: **fundadores/as; diretores/as executivos/as; diretores/as de programa; gerente sênior de programas; liderança periférica; e professor/a**. Cada entrevista teve duração de 120 minutos, aproximadamente. Já o perfil das organizações financiadoras é, propositalmente, variado.¹

¹ Ressaltamos que todas as respostas compartilhadas foram tratadas com confidencialidade, mantendo o compromisso com a integridade das informações. Portanto, não serão atribuídos nomes aos entrevistados ou suas organizações, durante a análise do conteúdo recolhido nas entrevistas. O nome das organizações que participaram da pesquisa e que concordaram em se identificar no relatório, mediante autorização prévia, serão citadas apenas nos agradecimentos.

Metodologias

Queríamos entender o passo a passo do financiamento participativo na prática. Nessa etapa buscamos insumos para mostrar à outros financiadores formas possíveis de se construir participação buscando exemplos metodológicos práticos de outras organizações.

Conceito e Valores

Aprofundamos no que se entende como financiamento participativo e quais valores e compromissos sustentam essa escolha.

Aprendizados

Escutamos os aprendizados, inclusive os desafios e práticas que não funcionaram como esperado.

Impactos

Buscamos entender como o financiamento participativo impacta as organizações apoiadas, especialmente em termos de fortalecimento e autonomia.

Comentários finais

Espaço livre para trazer algo que não tenha sido perguntado, mas que era considerado importante.

Com base nas várias formas de conceituar **participatory grantmaking**, a Iniciativa PIPA define o conceito de **financiamento participativo**, com propósito de centralizar as organizações periféricas no cerne da doação. Definimos como **financiamento participativo**:

O que estamos considerando

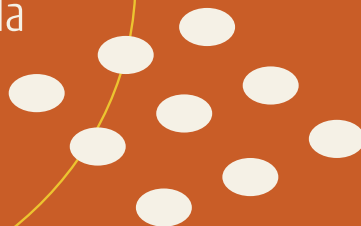
Financiamento

Participativo

Uma abordagem equitativa de financiamento, cujo objetivo é compartilhar (temporariamente) o poder dos processos de financiamento e tomada de decisão das organizações doadoras com os beneficiários das doações. Esse modelo propõe **reconhecer** a propriedade e legitimidade das organizações territoriais sobre as experiências, vivências, necessidades e demandas dos problemas que as cercam e, a partir disso, **viabilizar** sua ocupação estratégica nos espaços de tomada de decisão para o financiamento. Isso garante que as decisões tomadas sejam mais bem informadas, produzindo melhores resultados e impactos sobre os problemas que se pretende combater.

Para isso, os modelos de financiamento participativo agregam diversos métodos sob um guarda-chuva de governança democrática, visando maior transparência das ações, escuta ativa dos territórios, flexibilização dos processos de financiamento, fortalecimento institucional das organizações e pluralização dos espaços de poder.

Lançamos também, um **modelo simples** que contempla os princípios básicos da participação



Embora a definição de participação pareça extrema, trata-se de um conceito multifacetado, fluído e adaptável a cada contexto e situação, à medida que a sua incorporação pode ocorrer em níveis ou graus diferentes. Ou seja, embora a tomada de decisão sobre a gestão e concessão de recursos financeiros represente o nível mais alto na escala de participação, há diferentes tipos e graus da implementação dessa abordagem no processo de financiamento, conforme veremos mais à frente.

Princípios Básicos da Participação

INTENCIONALIDADE

PLURALIZAÇÃO

DESCENTRALIZAÇÃO

HORIZONTALIDADE

ACESSO AO RECURSO

Quem são os sujeitos que devem participar do processo, e por quê?

As práticas tradicionais de doação não garantem impactos se, quem participa, continua sendo os mesmos grupos que sempre ocuparam o centro das decisões. Para além de pensar o método é preciso pensar: quem são os sujeitos convocados a decidir? Qual perfil das pessoas que devem compor o financiamento participativo? E mais, para além de serem só convocados a decidir: como são criadas ou fortalecidas as condições para que esses sujeitos possam realmente participar das decisões?

Participação **SEM EQUITADE**
pode ser apenas manutenção
de poder

É preciso que a participação seja estruturada para minimizar desigualdades históricas, isso implica em reconhecer que determinadas vozes precisam ser priorizadas, amplificadas e posicionadas no centro da decisão. Por isso, uma filantropia crítica não busca a participação genérica, e sim uma participação enraizada em intencionalidade, redistribuição de recursos e reparação. A partir de metodologias participativas, pessoas negras, pessoas oriundas de territórios periféricos, mulheres negras, pessoas LGBTQIAPN+ etc, são reposicionadas enquanto prioridade no processo de financiamento.

Um financiamento participativo comprometido com a equidade não parte da igualdade formal/clássica, em que todos podem participar, mas da pluralidade, onde as minorias políticas precisam estar incluídas para que a reparação seja possível.

A equidade não deve ser vista como um possível efeito da participação, mas como o princípio que organiza a própria forma de participar.

COMO TORNAR-SE PARTICIPATIVO

É comum ter receios, ressalvas ou não saber por onde começar quando o assunto é apostar num novo modelo de financiamento. Afinal, em meio a tantas urgências para quem trabalha no cenário de garantia de direitos, parece nunca ser o momento certo para rever as ações e refletir sobre como estamos fazendo as coisas! Mas isso é essencial para que as organizações financiadoras possam atuar de acordo com a sua missão e objetivo de existência. Trata-se de uma mudança desafiadora, que pode ou não ser sistêmica.

A partir de uma sistematização e articulação de e entre métodos e práticas participativas levantadas, elaboramos 3 modelos de financiamento participativo, como ferramentas metodológicas que podem ser implementadas entre financiadores que se propõem a serem mais equitativos. Pensando a participação enquanto um amplo espectro de ações, há modelos metodológicos que podem ser implementados integralmente, desde o pré até o pós financiamento, ou parcialmente, em apenas uma ou algumas etapas do processo.

A proposta não é fomentar modelos de financiamento fechados, pois “não é uma metodologia que se ‘pega daqui’ e se ‘leva para ali’, não dá para fazer essa transposição objetiva de um modelo para o outro sem pensar no território” (entrevistado C). Os modelos podem (e devem!) ser adaptados, segundo as demandas e contextos dos territórios e das possibilidades dos financiadores.

Lembrete

Sinta-se à vontade para usar a criatividade, pegar coisas de um modelo e misturar com outros, aplicar diferentes modelos para diferentes formatos de financiamento, como em programas ou projetos, de acordo com o contexto de sua organização.

Apenas a etapa do planejamento

é participativa – (nível básico)

O financiamento conjunto é um ótimo passo para quem quer começar, mas possui muitos receios sobre sua implementação e seus resultados. Exatamente por isso, a união com outras organizações financiadoras é um dos passos menos arriscados, pois trata-se de uma experiência coletiva – o que significa maiores

Etapa 1:

Una-se a uma ou mais organizações financiadoras para começar uma iniciativa conjunta de financiamento participativo;

Etapa 2:

Essa união deve ter um propósito em comum: envolver organizações territoriais no desenho de um projeto de financiamento. Para além disso, a experiência pode ou não ter outras intenções, como:

- **Financiamento** direcionado às áreas temáticas em comum;
- **Financiamento** direcionado a público(s)-alvo(s) em comum;
- **Financiamento** direcionado a territórios em comum;
- Ou apenas, **a intencionalidade** em adotar um modelo participativo como projeto-piloto, independente de quem será financiado;

Reúnam-se e construam coletivamente um documento prévio. Porém não finalizado, sobre

Etapa 3:

os critérios que irão compor o financiamento deste projeto. Tal como qualquer processo de financiamento: decidam os objetivos, o tema, o público-alvo, local de atuação, critérios de aplicabilidade e elegibilidade. Tenha em mente que este documento trata-se de um rascunho que será posteriormente debatido!

Etapa 4:

Cada organização financiadora deve convidar x organizações ou lideranças periféricas, sejam elas organizações já apoiadas pela instituição, parceiras, membros de suas redes, ou não. Além disso, deixe claro o propósito do convite: participar da elaboração de um projeto ou programa de financiamento.

Pré-seleção: faça uma curadoria das organizações interessadas.

Atenção: As organizações ou lideranças que participarem do comitê/conselho, não poderão solicitar este financiamento:

- Por meio de chamada pública;
- Por chamada interna, as organizações já presentes nas redes;

Seleção final: a partir da pré-seleção, as organizações podem ser selecionadas por meio de:

- Sorteio, daquelas interessadas;
- Matriz classificatória, com base nos critérios pré-estabelecidos para o projeto: tema, público-alvo, critérios para o financiamento etc.;

Seleção única: o convite pode ser feito, também, a organizações/lideranças com que já tenha algum tipo de articulação e/ou já estejam no radar.

Etapa 5:

Feita a conexão inicial entre os doadores e as organizações participantes do processo, realize encontros simultâneos ou promova um evento, com objetivo de revisar o documento, principalmente os critérios que serão escolhidos para o financiamento.

Etapa 6:

Deixe que a voz das organizações convidadas seja prevalente e decisória. Cada elemento do documento prévio de desenho da proposta do financiamento, pode (e deve!) ser avaliado conjuntamente com as organizações comunitárias.

Etapa 7:

Por fim, a proposta final deverá ser votada, garantindo a participação dos territórios e comunidades no planejamento do financiamento-piloto. O processo de votação também pode ser feito em diferentes níveis de participação, logo, a distribuição de votos pode ser feita da seguinte forma:

- Entre **10 a 30%** dos votos são externos, representando as organizações;
- Entre **30% a 60%** dos votos são externos, representando as organizações;
- Mais de **60%** dos votos são externos;

– Caso tenha como objetivo aumentar o poder de decisão dos grupos convidados, atribua peso maior aos votos dos convidados, em detrimento dos financiadores.

– Ou deixe que toda votação seja realizada, exclusivamente, pelas organizações externas.

Este começo garantirá que o financiamento atenda, de alguma forma, as demandas e necessidades dos territórios.

Estabeleça de antemão, quais dimensões da proposta serão ou não decididas pelos territórios. Isso poder ser feito de duas formas:

- **As organizações terão o poder de modificar todo o documento prévio do planejamento**, acrescentando, modificando ou excluindo as propostas que irão compor o projeto;
- **As organizações poderão acrescentar, modificar ou excluir propostas**, apenas sobre alguns pontos do documento, já pré-estabelecido internamente pelos financiadores.



As etapas de planejamento

e tomada de decisão

são participativas

(nível intermediário)

Se a sua organização tem como prática institucional recorrer ao comitê consultivo para auxiliar na tomada de decisão sobre os processos de financiamento, e/ou recorrer ao conselho deliberativo para votação das decisões, esta prática pode ser mantida, **desde que seja pluralizada e ampliada.**

Se a organização não tem essa prática, agora pode ser um bom momento para começar. Aqui, compartilhamos algumas práticas de como selecionar as pessoas desse comitê.

Um dos caminhos possíveis para incorporar a participação na tomada de decisão do financiamento, como prática institucional, é **incluir lideranças de organizações periféricas, movimentos sociais ou coletivos no comitê consultivo ou conselho deliberativo.**

Por

onde
começar?

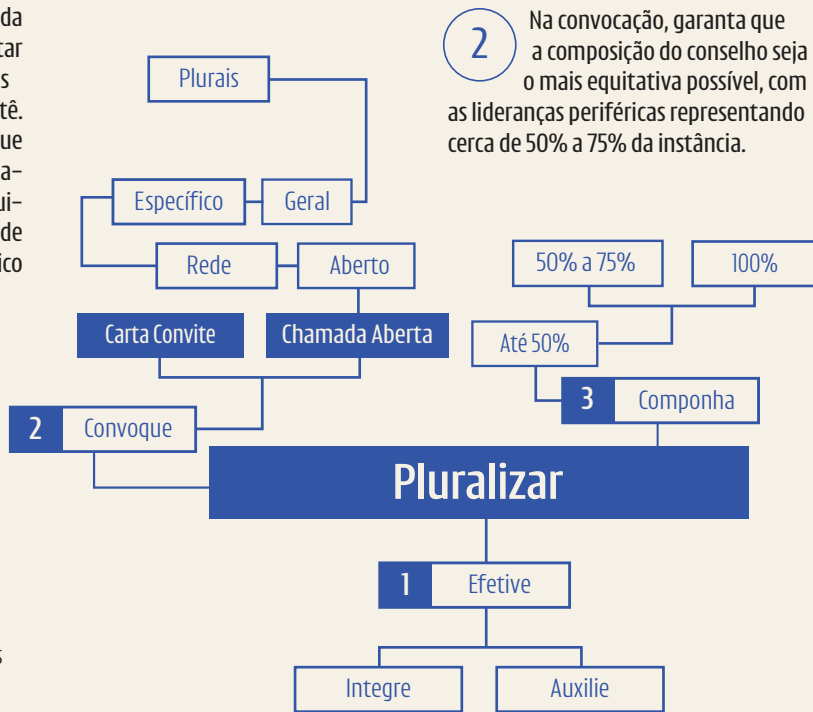
1 Faça uma chamada aberta para levantar os/as interessados/as em compor o conselho/comitê. Viabilize maneiras para que seja composto por organizações já apoiadas pela instituição, membros da sua rede de conexões, ou aberto ao público em geral.

1.1 Crie critérios simples e eficazes para a chamada, de modo que sejam uma combinação:

Gerais: área temática, público-alvo e localização condizente com a atuação da organização;

Específicos: organizações com pouco recurso, sem CNPJ, com poucos membros, formada de majoritariamente por voluntários;

E plurais: certifique-se que a participação seja plural em termos de raça/cor, gênero e território.



2 Na convocação, garanta que a composição do conselho seja o mais equitativa possível, com as lideranças periféricas representando cerca de 50% a 75% da instância.

1.2 Outra alternativa é fazer um convite direto a organizações ou lideranças estratégicas com que já tenha algum tipo de articulação. O importante é garantir que as escolhas não sejam um reflexo das relações pessoais dos gestores do processo.

3 Garanta que a participação das lideranças seja efetiva. Para isso, tenha em mente que, possivelmente esses sujeitos precisarão de apoio financeiro para frequentar os espaços.

2.1 Se não for possível garantir uma ampla composição, atribua peso ao voto destes/as líderes, de modo que seu(s) voto(s) tenham peso maior.

2.2 Tendo em vista o baixo percentual de pessoas negras e indígenas nos conselhos deliberativos, por exemplo, estimular a pluralidade em espaços estratégicos de poder é um dos pilares da participação equitativa.

Para que a participação seja efetiva como prática, esses atores devem ter voz relevante nos espaços de poder.

3.1 No início das atividades, reserve tempo, espaço e recursos, financeiros e humanos, exclusivamente para a viabilização das lideranças nas reuniões e encontros do comitê e conselho.

Modelo de co-governança e autogestão (nível avançado)

No estágio avançado, a participação deixa de ser um espaço dentro das estruturas da organização e passa a ser parte constitutiva da governança e dos fluxos de recursos. Trata-se de um modelo em que a instituição e as periferias são corresponsáveis, desde o desenho até a avaliação, com autonomia para definir prioridades, alocar orçamentos e revisar processos de forma conjunta.

Governança conjunta



Áreas temáticas



Orçamento Livre



Organizações periféricas



Partilha e transferência de poder

1

Comitê misto de co-decisão sobre o financiamento:

Crie um **comitê de co-decisão**, com metade dos membros da organização e metade escolhidos pelas comunidades participantes, em mandatos rotativos. Esse comitê:

- **Aprova** editais, programas ou projetos antes da publicação ou efetivação da estratégia;
- **Revisa** critérios de elegibilidade e avalia candidaturas em diálogo direto com as propostas recebidas;
- **Emite** pareceres vinculantes (manifestação formal e soberana dos membros), ou seja, as decisões só são efetivas se aprovadas por maioria qualificada e não poderão ser revogadas.

4

Pratique uma Governança transformadora para qualquer empreitada de financiamento:

Transforme estatutos e regimentos internos para prever que, em determinados temas (por ex: definição de políticas de equidade racial e territorial), o voto comunitário supere (tenha peso mais alto) do que o voto institucional em conselhos majoritários. Assim, não se trata apenas de consulta, mas de partilha e transferência efetiva de poder.

2

Orçamento participativo direcionado

Destine um **orçamento livre para doação** (para além das chamadas por editais) para ser inteiramente gerido **pelas organizações periféricas** (compostas por mulheres negras, jovens periféricos, pessoas trans, etc.). Essa organização:

- **Constrói** seu próprio regulamento interno de aplicação de acordo com o valor que será doado;
- **Decide** cronogramas, prazos e formatos de prestação de contas – de acordo com o prazo acordado com a instituição doadora;
- **Pode realocar verbas** entre projetos sem intervenção direta dos financiadores institucionais.

3

Áreas temáticas a serem apoiadas:

Convide grupos comunitários para desenhar conjuntamente novas linhas de apoio, de acordo com a agenda prioritária dos coletivos e organizações periféricas, não apenas revisando propostas pré-existentis, mas sim:

- **Definindo indicadores de sucesso** (incluindo métricas de fortalecimento territorial e autonomia política);
- **Elaborando processos de mentoria** entre pares para os apoiados;
- **Co-produzindo relatórios de impacto** que valorizem narrativas e evidências locais.

Não de se esqueça de:

- **Reservar** um recurso emergencial para possíveis contratemplos;
- **Adaptar** indicadores e métricas, de forma que valorizem o contexto dos grupos apoiados;
- **Criar** espaços de diálogo contínuo e permanente, em vez de encontros pontuais, estabeleça ciclos.

Fundamentos do

Financiamento

Participativo

Transparência

Feedback

Flexibilização

Pluralidade

A definição de participação pode ser mais ou menos abrangente, a depender da abordagem conceitual considerada. No esforço de entender os elementos que estruturam o financiamento participativo, identificamos **quatro** fundamentos dessa abordagem: **transparência, feedback, flexibilização e pluralidade.**

“Participação como princípio, não como apêndice”

Para ilustrar os fundamentos que serão apresentados, criamos uma estratégia visual que simula um **site fictício** contendo uma lista de abas, assuntos e práticas que podem ser destacadas em plataformas públicas institucionais.

Acreditamos que a incorporação destes fundamentos e valores pavimentam o caminho rumo à participação.

INÍCIO SOBRE O FUNDO **O QUE FAZEMOS** PUBLICAÇÕES CONTATO

INICIATIVAS E PROGRAMAS
FINANCIAMENTO
TRANSPARÊNCIA
DOAÇÕES E ACOMPANHAMENTO

TRANSPARÊNCIA

Trata-se do ato de comunicar de **forma pública, compreensível e acessível, atividades, práticas, políticas internas, orçamentos, parcerias, processos de financiamentos desenvolvidos**, dentre outras informações relevantes para o público em geral e para as periferias. Os sites e as redes sociais constituem ferramentas que dão visibilidade para a atuação dos financiadores.*

Junto às organizações periféricas brasileiras, identificamos que isto acaba se transformando em uma barreira para a captação de recursos e para a compreensão sobre o funcionamento do campo de modo geral.

Nesse sentido, questiona-se: Isso é suficiente? Auxilia devidamente o público a conhecer todo o processo de financiamento? Quando o assunto é financiamento, o que é informado e o que não é? **A transparência é um dos elementos fundamentais para a construção de credibilidade e confiabilidade entre as os territórios e as organizações financiadoras, e para iniciar o debate sobre descentralização de recursos.**

Ela só pode se tornar uma ponte para a participação quando o público é informado sobre: quem decide; como decide; para que e para quem decide; quais são as diretrizes, critérios, resultados e fluxos dos processos e dos recursos; quem está envolvido nessa construção, e quem não está; quem são os seus beneficiários; qual o modelo e os tipos de financiamento a instituição adota etc.

Texto aqui texto
aqui texto aqui texto aqui
texto aqui texto aqui texto aqui



Relatórios **anuais**

2023	2024	2025
------	------	------

Volumes de **recursos e beneficiários**

R\$ 0 em recursos | **000** beneficiários

Diretrizes para concessão de recursos

- Quem pode solicitar financiamento ▾
- Critérios para seleção de projetos ▾
- Critérios de elegibilidade ▾
- Como solicitar financiamento ▾
- Como elaborar um projeto ▾

Demonstrações financeiras



FLEXIBILIZAÇÃO

Flexibilização é o processo de tornar regras, estruturas ou procedimentos mais adaptáveis e acessíveis às diferentes realidades e contextos. No caso do financiamento, trata-se da **desburocratização dos processos**, permitindo que eles se ajustem às condições das organizações apoiadas, e não o contrário.

Esta é uma das estruturas que garantem a **efetividade e legitimidade da participação**. Ao contrário dos modelos tradicionais de financiamento, que exigem um alto grau de formalização e seguem padrões rígidos nos critérios de seleção, avaliação de projetos, repasse de recursos e prestação de contas, o financiamento participativo **reconhece a pluralidade e a complexidade das realidades locais**.

A qualificação deste processo implica em legitimar os formatos variados das organizações territoriais, criando mecanismos que acolham suas especificidades, ao invés de excluí-las.

Um dos exemplos mais citados pelos entrevistados é a questão da **flexibilização orçamentária, no que diz respeito ao repasse do recurso**:

“A questão do repasse de dinheiro para pessoa física também é um desafio, especialmente para quem recebe benefícios sociais do governo. É preciso analisar cada caso para evitar problemas, o que gera soluções alternativas, como usar contas de associações para gerir os recursos [...] Há outras complicações no processo. Já avisamos que não recomendamos que pessoas com benefícios do governo abram a conta, pois mesmo com uma doação e um contrato comprovando que é para o grupo, a pessoa pode perder o benefício” **(entrevistado T)**.

Com relação a alteração de rubrica:

“uma mudança de rubrica deveria ser algo liberado. Se a prioridade do projeto mudasse um pouco, bastava informar na reunião periódica” **(entrevistado J)**

A flexibilidade orçamentária não compromete a transparência, mas reconhece a dinâmica viva dos projetos.

Democratizar e adaptar a comunicação e os meios de avaliação, também pode gerar resultados positivos, como flexibilizar os formatos de avaliação e gerar dados mais ricos e contextos:

“Trabalhamos com uma organização comunitária, onde a conexão com a internet é precária. [...] Utilizei meu celular para gravar áudios, fazendo perguntas e pedindo respostas. Depois, transformei tudo em um documento [...]. Essa abordagem se mostrou muito mais rica do que se tivéssemos pedido um relatório formal.” **(entrevistado W).**

Sabemos das especificidades de cada caso, mas nesta fala fica evidente que flexibilizar os formatos de avaliação, não apenas garantiu a participação, como gerou dados qualitativos mais ricos e contextualizados, do que apenas um relatório escrito.

INÍCIO SOBRE O FUNDO **O QUE FAZEMOS** PUBLICAÇÕES CONTATO

INICIATIVAS E PROGRAMAS
FINANCIAMENTO
TRANSPARÊNCIA
DOAÇÕES E ACOMPANHAMENTO

Modelos e tipos de financiamento

Texto aqui texto aqui texto aqui
texto aqui texto aqui texto aqui
texto aqui texto aqui texto aqui

Texto aqui texto aqui texto aqui
texto aqui texto aqui texto aqui
texto aqui texto aqui texto aqui

Fundos Emergenciais

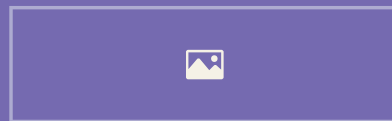
Texto aqui texto aqui texto aqui texto
aqui texto aqui texto aqui texto aqui
texto aqui texto aqui texto aqui texto
aqui texto aqui texto aqui texto aqui

Botão

Quem pode solicitar apoio?
Quando solicitar apoio?
Qual o valor dos recursos disponíveis?
Como solicitar apoio?

Diretrizes para solicitação de recursos

- Quem pode solicitar financiamento
- Critérios para seleção de projetos
- Critérios de elegibilidade
- Como solicitar financiamento
- Como elaborar um projeto



Chamadas e Editais

Texto aqui texto aqui texto aqui
texto aqui texto aqui texto aqui
texto aqui texto aqui texto aqui

Período	Nome	Tema	Público-alvo	Recurso
texto aqui texto aqui	NOME DO EDITAL OU CHAMADA	texto aqui texto aqui texto aqui texto aqui texto aqui texto aqui	texto aqui texto aqui texto aqui texto aqui texto aqui texto aqui	
texto aqui texto aqui	NOME DO EDITAL OU CHAMADA	texto aqui texto aqui texto aqui texto aqui texto aqui texto aqui	texto aqui texto aqui texto aqui texto aqui texto aqui texto aqui	
texto aqui texto aqui	NOME DO EDITAL OU CHAMADA	texto aqui texto aqui texto aqui texto aqui texto aqui texto aqui	texto aqui texto aqui texto aqui texto aqui texto aqui texto aqui	

Processo de seleção para chamadas e editais



Título 1	Título 2	Título 3
um processo de texto aqui	um processo de texto aqui	um processo de texto aqui
um processo de texto aqui	um processo de texto aqui	um processo de texto aqui
um processo de texto aqui	um processo de texto aqui	um processo de texto aqui
um processo de texto aqui	um processo de texto aqui	um processo de texto aqui

Flexibilizar é pensar em:

CrITÉRIOS de Seleção

Simplificação dos formulários de inscrição, com linguagem acessível.

Aceitação de diferentes formatos de apresentação de projetos, como vídeos, áudios ou entrevistas, em vez de apenas propostas escritas.

Valorização das potencialidades territoriais e trajetórias comunitárias, mesmo sem formalização ou experiências anteriores com editais.

Reconhecimento da legitimidade territorial das organizações periféricas.

Avaliação dos Projetos

Adaptação de indicadores e métricas à realidade local.

Permissão para mudanças no plano de ação ou prioridades do projeto durante sua execução, a partir de comunicação simples.

Substituição de relatórios clássicos por formatos mais acessíveis, como gravações de vídeos, entrevistas e outros registros.

Avaliação com foco qualitativo e participativo, baseada em escuta e compreensão do processo, e não apenas em resultados quantitativos.

Prestação de Contas

Possibilidade de repassar recursos a pessoas físicas, com análise de cada caso e alternativas para evitar prejuízos, como a perda de benefícios sociais.

Uso de contas de associações ou contas conjuntas como solução para organizações informais.

Flexibilidade para alterar rubricas orçamentárias, desde que haja justificativa e diálogo com a instituição financiadora.

Garantir apoio técnico para gestão financeira quando necessário, respeitando o ritmo das organizações.

Repasso Financeiro

Aceitação de comprovantes alternativos, como recibos simples, anotações ou comprovantes informais de compra em comércios locais.

Uso de fotos ou vídeos como formas de registro do uso dos recursos.

Acompanhamento contínuo e dialógico, substituindo a lógica de fiscalização por relações de confiança e apoio mútuo.

Oferta de apoio técnico, recursos humanos e financeiros para a prestação de contas, independente do modelo.

Prazos ajustáveis para entrega de prestações de contas.

PLURALIDADE

Um dos desafios ecossistêmicos que persistem no setor das doações é a baixa pluralidade na governança das instituições doadoras, em termos de raça, gênero e território, e a lentidão na transformação desse cenário.*

A pluralidade pode ser entendida como a inclusão das periferias e minorias políticas como **parceiras estratégicas** na construção de debates, produção coletiva de conhecimento e a quebra de antigos pactos não verbalizados, que fazem a manutenção de novos e antigos privilégios.

Este é um dos fundamentos que sustentam a filantropia participativa e que deve ser incorporada no processo de financiamento. Isso porque, a participação só se torna efetiva, à medida que os espaços de poder são compartilhados com quem faz a mudança nos territórios,

INÍCIO **SOBRE O FUNDO** O QUE FAZEMOS PUBLICAÇÕES CONTATO

QUEM SOMOS
NOSSA HISTÓRIA
EQUIPE E CONSELHO
COMPOSIÇÃO DA EQUIPE E CONSELHO
POLÍTICAS INTERNAS

Sobre o **fundo**

Texto aqui texto aqui texto aqui texto aqui
texto aqui texto aqui texto aqui texto aqui
texto aqui texto aqui texto aqui texto aqui
texto aqui texto aqui texto aqui texto aqui
texto aqui texto aqui texto aqui texto aqui
texto aqui texto aqui texto aqui texto aqui

Título 1 **Título 2**

um pouco de texto aqui
um pouco de texto aqui
um pouco de texto aqui
um pouco de texto aqui
um pouco de texto aqui

um pouco de texto aqui
um pouco de texto aqui
um pouco de texto aqui
um pouco de texto aqui
um pouco de texto aqui



Equipe e conselho

Equipe Executiva

Texto aqui texto aqui texto aqui
aqui texto aqui texto aqui
texto aqui texto aqui

Conselho

Texto aqui texto aqui texto aqui
aqui texto aqui texto aqui
texto aqui texto aqui

Políticas internas de promoção a pluralidade

01 02 03 04

Título Título Título Título

Como os doadores têm se comprometido, na prática, para reconhecer e oportunizar a participação das periferias nas decisões?

Ver mais em: Guia das Periferias para Doadores (PIPA, 2024)*

Vantagens e Desafios

Implementar processos participativos no financiamento é, antes de tudo, apostar em uma prática viva, marcada pela **experimentação, pelos aprendizados contínuos e, não raro, pelos riscos.**

Para muitas organizações financiadoras, essa escolha significou sair do lugar de controle absoluto da gestão dos recursos e abrir-se ao encontro com outras formas de gerir, decidir e construir caminhos de mudança.

Não se trata de um modelo pronto, mas de um percurso em constante elaboração.

“Se trata de um processo de aprendizado contínuo. É preciso estar disposto a correr riscos, pois os ganhos podem ser transformadores” (entrevistado C) – **começar, errar, aprender e aprimorar**

Vantagens

antagens

ens

1

Autonomia:

Apoio flexível permite reagir não somente nos momentos mais críticos, mas a longo prazo gera mais autonomia e autoconfiança para as organizações apoiadas.

2

Pluralidade no território:

“A abordagem participativa abriu portas e inaugurou espaços internos de discussão que antes não existiam, inclusive entre os diferentes setores. [...] Provavelmente, teríamos focado nas periferias do sudeste, por exemplo, que são igualmente importantes e enfrentam desafios, mas há uma questão de negligência com as outras regiões. O setor de educação, por exemplo, não costuma priorizar o Norte. Amazônia, por exemplo, é central para a discussão sobre clima e sustentabilidade, e essas duas questões estão interligadas” (entrevistado T).

“A abordagem participativa abriu portas e inaugurou espaços internos de discussão na que antes não existiam” (entrevistado W)

3

Impacto e resultado

A participação traz resultados e impactos mais eficientes, comparado a abordagens mais tradicionais, à medida que as soluções são pensadas por quem atua no território.

Foi unanimidade entre os convidados que :

“Os mesmos grupos não seriam selecionados em um processo diferente”
(entrevistado G)

“O resultado foi maravilhoso, porque a gente conseguiu apoiar coisas que a gente não apoiaria do jeito tradicional” (entrevistado M)

4

Transparência:

Promove uma transparência mais profunda e muda a dinâmica de poder inerente, que acompanha a tomada de decisões sobre o recurso.

5

Descentralização do financiamento:

De acordo com os entrevistados, as organizações apoiadas relataram que o primeiro ou único recurso veio de instituições que adotaram práticas participativas de financiamento. Isso evidencia que o recurso chega de maneira mais distribuída e alcança novas organizações.

6

Distanciamento de uma filantropia segregadora:

Esta alternativa metodológica insere os grupos periféricos na tomada de decisão de forma ativa, distanciando de um fazer filantrópico, em que a exclusão tem sido a regra.

7

Qualificação programática:

A partir de uma abordagem participativa cria-se estratégias programáticas mais densas, robustas e abrangentes, entendendo que as construções e metodologias coletivas qualificam os processos de financiamento, tornando-os mais assertivos.

8

Linguagens, acessos e mediações:

Tornar o financiamento democrático, implica em mais do que ampliar o acesso a recursos, exige a criação de processos e linguagens que respeitem diferentes formas de expressão, oralidades, formas de escrita e modos de escuta. Plataformas digitais mais elucidativas, editais mais acessíveis e escutas coletivas são algumas das estratégias que têm sido valorizadas politicamente.

Desafios

Desafios

1

Doações etiquetadas:

O dinheiro recebido, na maioria dos casos, vem etiquetado, ou seja com inúmeras restrições impostas pelo doador. Um possível caminho é estabelecer quais serão os critérios negociáveis ou não no processo.

2

A manutenção do compromisso participativo:

À medida que a organização financiadora cresce e recebe mais recursos, oferecer e manter a participação pode se tornar mais complexo. É necessário ter em mente que, para unir o crescimento com a participação, estratégias e processos de financiamentos precisam ser sempre adaptados e repactuados.

3

Custos mais elevados:

Envolver outros atores que não os financiadores, eleva os custos do processo de financiamento, pois há mais pessoas envolvidas que precisam de suporte.

4

Tempo do processo:

O gerenciamento do tempo é mais longo, levando em consideração a multiplicidade de colaboradores.

5

Conflitos de interesse

Há divergências entre organizações e lideranças envolvidas, mas, o surgimento de conflitos NÃO significa que o processo falhou. Pelo contrário, é natural que surjam divergências. – Isso faz parte da riqueza da participação.

“é bastante desafiador, porque tem conflitos de interesse ocasionalmente entre as organizações em relação ao que querem fazer, mas elas sempre chegam em algum lugar e no final dá certo. [...]” “Nem sempre era fácil chegar a um consenso [...] Teve caso de conflito que a gente teve que mediar com cuidado” (Entrevistado G)

O ponto central, **é se preparar desde o início.**

- | | |
|--|--|
| <p>1 Estabelecer previamente acordos de convivência</p> | <p>2 Como as decisões serão tomadas</p> |
| <p>3 Quais serão os critérios de desempate</p> | <p>4 Quais estratégias serão adotadas em caso de impasse ou desacordo</p> |

Estas são **medidas fundamentais** para garantir que os conflitos sejam conduzidos com cuidado e respeitando os princípios da participação.

Importante destacar que com relação a esses dois tópicos acima – **custos e tempo**. Houve um relativo consenso entre as organizações financiadoras de que processos participativos, não necessariamente, demandam mais tempo ou recurso. O desenvolvimento de relações de confiança, o envolvimento de múltiplos atores e a construção coletiva das decisões requerem dedicação prolongada. No entanto, também é consenso que os impactos produzidos por essas práticas são significativamente maiores — tanto em termos de fortalecimento institucional quanto de efetividade e legitimidade das ações apoiadas. Ou seja, o tempo adicional investido é amplamente compensado pelos resultados alcançados.

Não há um consenso de que processos participativos sejam mais caros do que os modelos tradicionais, porque os custos variam de acordo com o processo é desenhado.

A participação como caminho para a transformação da filantropia

Ao longo desta pesquisa, procuramos evidenciar que a filantropia participativa, mais do que uma metodologia, é **uma aposta política na redistribuição de poder** e no reconhecimento da legitimidade das periferias. Seus impactos ultrapassam os marcos formais dos editais e dos repasses financeiros engessados: ela interfere na forma como os recursos circulam, como as decisões são tomadas e como os territórios são valorizados.

Para que esses efeitos se consolidem é preciso enfrentar os desafios inerentes ao processo, como: os custos da mediação e a complexidade das negociações institucionais. A construção de uma filantropia comprometida com justiça racial, territorial e de gênero passa, necessariamente, pela disposição ao conflito criativo, à escuta e à transformação recíproca. Afinal, como demonstraram as experiências aqui reunidas, a participação não é uma promessa de harmonia, mas uma prática imprescindível para a democratização de recursos e de poder.

É possível afirmar que a participação, quando levada a sério, não apenas amplia o alcance das ações, como também tensiona e transforma os próprios alicerces da filantropia. **Isso exige uma disposição para escutar, adaptar ritmos, rever lógicas de operação e desestabilizar hierarquias.**

A escuta ativa deixa de ser uma etapa do processo para se tornar um princípio organizador. Assim, o financiamento participativo se revela como uma prática que desloca a centralidade do doador e convida as instituições a se revisitarem — no tempo, na linguagem, nas agendas prioritárias.

A adoção de práticas participativas não transforma apenas os territórios e organizações apoiadas — ela também impacta profundamente as próprias instituições financiadoras, é uma via de mão dupla. Ao aproximar-se de grupos periféricos, os financiadores também passam a rever suas próprias estruturas, formas de atuação e modos de perceber os territórios. **A participação, nesse sentido, é menos um fim e mais um processo contínuo de transformação institucional e política.**

Realização:



Apoio:



Parceiros:



IBIRAPITANGA

Instituto *Beja*



Créditos:

- ✉ contato@iniciativapipa.org
- @ [@iniciativapipa](https://www.instagram.com/iniciativapipa)
- 🐦 [@iniciativapipa](https://twitter.com/iniciativapipa)
- in [iniciativapipa](https://www.linkedin.com/company/iniciativapipa)
- f [Iniciativa PIPA](https://www.facebook.com/IniciativaPIPA)
- 🌐 www.iniciativapipa.org

